

Novo arcabouço fiscal: menos amarras, mas ainda enrolado

<https://oportunidades.cett.org.br/observatorio/>

Após aprovação com alterações na Câmara dos Deputados, agora é a vez do Senado avaliar a proposta do novo arcabouço fiscal, o projeto de lei complementar (PLP) 93/2023. As medidas previstas estabelecem regras para a política fiscal do governo brasileiro tenta, simultaneamente, controlar os gastos e garantir o financiamento de serviços públicos como saúde e educação. O projeto vai tentar fazer isso conferindo maior previsibilidade para a economia brasileira.

Com o nome oficial de Regime Fiscal Sustentável, o arcabouço substituirá o Teto de Gastos imposto em 2016 pela Emenda Constitucional 95. O novo regime condiciona investimentos governamentais ao cumprimento de metas de resultado primário para conter dívidas e abaixar os juros.

Ao invés de uma meta fixa, a nova proposta traz uma margem entre o piso e o teto de gastos para o crescimento real das despesas do governo entre 0,6% e 2,5%. Isso evita gastos excessivos em momentos de maior crescimento econômico, quando as receitas crescem mais aceleradamente, e de paralisação do setor público quando há desaceleração da economia e as receitas caem.

Segundo o economista e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Everton Rosa, essas amarras foram afrouxadas pela PLP 93, mas ainda estão longe do ideal. “É verdade que o arcabouço dá uma flexibilidade para a gestão pública, permitindo expandir a despesa além da correção da inflação a partir do cumprimento de metas. Em comparação ao que tinha, é muito melhor, mas ainda está aquém de conferir ao Estado um dinamismo para fazer o investimento que a economia precisa”, avalia.

Segundo a análise do professor, o sistema ainda é uma “camisa de força”, mas que ao oferecer uma margem maior para o investimento público, permitirá uma dinamizada na economia e, portanto, na geração de empregos. O investimento público não vem sozinho: há todo um ciclo de demandas de matéria-prima, de mão-de-obra, bens e serviços. “O investimento é o carro-chefe do crescimento econômico: cria novas atividades, gera emprego, aumenta o consumo. Com o arcabouço fiscal, é garantido um piso de investimento a ser batido e parte dos recursos que se obter ao bater a meta, parte disso poderá ser investimento”, resume.

Uma das metas é eliminar o déficit primário já em 2024, prevendo um superávit nas contas públicas em 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. A proposta contém um piso para investimento de aproximadamente R\$ 75 bilhões em 2023 e que precisa ser corrigido pela inflação nos anos seguintes, assegurando que, no mínimo, o investimento público terá seu valor real preservado a cada orçamento anual, supostamente evitando o sucateamento de áreas importantes como a infraestrutura.